



CULTURA POPULAR NO CAPITALISMO DEPENDENTE: ENTRE RESISTÊNCIAS E INCORPORAÇÕES

Popular culture in dependent capitalism: between resistances and incorporations

Bruno Borja*

 <http://orcid.org/0000-0002-4813-7001>

RESUMO

O artigo parte da interpretação da cultura popular enquanto modo de vida e produção cultural das classes subalternas, sendo entendida como uma forma de resistência à exploração capitalista e central na luta de classes. Buscamos apresentar as particularidades da cultura popular no capitalismo dependente, onde vigoram leis particulares de desenvolvimento, em especial a superexploração. Nesse sentido, tentamos interpretar a cultura popular como forma de resistência à superexploração no capitalismo dependente. Também analisamos as contradições de seu processo de incorporação, seja na construção da identidade nacional conduzida pelo Estado e pelas classes dominantes, seja no desenvolvimento da indústria cultural local, comandada pela burguesia dependente em associação com a burguesia imperialista.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura popular; Capitalismo dependente; Incorporação cultural.

ABSTRACT

The article is based on the interpretation of popular culture as way of life and cultural production of subaltern classes, being understood as a form of resistance to capitalist exploitation and central in the class struggle. We try to present the particularities of popular culture in dependent capitalism, where there are particular laws of development, especially superexploitation. In this sense, we try to interpret popular culture as a form of resistance to superexploitation in dependent capitalism. As well as we analyze the contradictions of its incorporation process, either in the construction of national identity conducted by the State and the dominant classes, or in the development of the local culture industry, commanded by the dependent bourgeoisie in association with the imperialist bourgeoisie.

*Economista. Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, Nova Iguaçu, Brasil). Coordenador do Observatório Baixada Cultural (OBaC – IFRJ/UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Coordenador da Escola Popular de Artes (EPA – UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: borja.bruno@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2023v23n45p32-48



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

KEYWORDS

Popular culture; Dependent capitalism; Cultural incorporation.

Introdução

Embora nem sempre seja reconhecida assim, a cultura popular constitui uma das principais frentes de luta e resistência à exploração no capitalismo. Parte dessa incompreensão se deve à dificuldade de precisar a interpretação da cultura popular nos termos da crítica da economia política. Aqui adotamos a definição de cultura pautada por uma tradição marxista que a entende em duas dimensões, enquanto modo de vida e produção cultural. Já a qualificação de popular nos remete às classes populares — ou, mais precisamente, às classes subalternas. Temos então uma possibilidade de síntese na qual a cultura popular se define pelo modo de vida e pela produção cultural das classes subalternas.

A dimensão do modo de vida é mais abrangente e, como veremos, está vinculada ao modo de produção da vida material. Ou seja, cada modo de produção configura também um modo de vida em sociedade. Nesse sentido, podemos dizer que o capitalismo é um modo de vida particular, que apresenta contradições enquanto sociedade de classes. Daí a cultura popular ser uma forma de resistência à exploração capitalista, forma pela qual as classes subalternas organizam sua luta. Na primeira seção trataremos dessa interpretação da cultura popular como uma cultura de resistência à exploração no capitalismo.

Na segunda seção faremos a passagem ao capitalismo dependente, entendido como uma forma particular de concretização do capitalismo, isto é, como um modo de vida particular nas sociedades dependentes, onde vigoram leis particulares de desenvolvimento, em especial a superexploração da força de trabalho. Nesse sentido, tentamos interpretar a cultura popular como forma de resistência à superexploração no capitalismo dependente. Assim como, analisamos as contradições de seu processo de incorporação, seja na construção da identidade nacional conduzida pelo Estado e pelas classes dominantes, seja no desenvolvimento da indústria cultural local, comandada pela burguesia dependente em associação com a burguesia imperialista.

Cultura popular, cultura de resistência

Para interpretar a cultura popular, devemos antes estabelecer um entendimento sobre o que é cultura, desde uma perspectiva da crítica da economia política. Nossa abordagem parte de uma tradição marxista que busca a interpretação da cultura em termos da produção da vida material, vinculada ao modo de vida e à produção cultural. Nesse sentido, podemos dizer que cultura é o modo de vida de uma comunidade humana e que, dentro desse modo de vida, distingue-se, como campo específico, sua produção cultural¹.

De outra forma, podemos falar do modo de vida enquanto cultura em sentido amplo, e da produção cultural enquanto cultura em sentido restrito. O modo de vida seria o conjunto das formas de trabalho, moradia, alimentação, vestimenta, transporte, comunicação,

¹ A definição de cultura é apresentada com mais detalhes em Borja (2020).

educação, saúde, lazer, usos do tempo livre, estrutura familiar, religiosidade, laços de sociabilidade, identidades de grupo etc. Já a produção cultural envolveria as diferentes formas de expressão artística, a produção de literatura, música, teatro, cinema, dança, artes plásticas, poesia, circo, artesanato etc.

Marx e Engels nos ajudam a entender como se constitui um modo de vida ao definir a categoria modo de produção da vida material. As formas históricas de produção da vida material em sociedade constituem um determinado modo de produção que, por sua vez, condiciona a reprodução social, formando assim uma cultura, um modo de vida. “Esse modo de produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, [...] de um determinado *modo de vida* dos mesmos” (MARX; ENGELS, [1845–46] 2009, p. 24, grifo do autor).

Portanto, ao tomar uma forma histórica concreta, o modo de produção da vida material assume particularidades determinadas, no caso, o modo de produção capitalista, fundamento da sociedade burguesa e de seu modo de vida. Na interpretação marxista, o modo de produção capitalista apresenta contradições, e isso se expressa também no campo da cultura. Uma das contradições fundamentais do capitalismo é sua formação como uma sociedade de classes, na qual vigora a luta de classes.

A própria situação de classe estabelece distinções objetivas e subjetivas entre as classes sociais. Assim, burguesia e classe trabalhadora se distinguem por modos de vida específicos dentro do capitalismo, se distinguem, portanto, por culturas de classe. Apresentam formas de trabalho, moradia, alimentação, transporte etc. característicos de seu modo de vida enquanto classe, e, igualmente, apresentam também produções culturais próprias e distintivas de sua classe. “Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe” (MARX, [1852] 2011, p. 143).

No caso da classe trabalhadora, sua cultura pode ser dividida em dois momentos fundamentais: 1- a cultura laboral dentro do espaço de trabalho e de exploração pelo capital; 2- seu modo de vida particular fora do espaço de trabalho, suas condições de vida e reprodução social no tempo livre. Esses dois momentos têm características socioeconômicas distintas, na medida em que a jornada de trabalho delimita o tempo de consumo da mercadoria força de trabalho pelo capital, com a respectiva exploração e produção de mais-valor; enquanto o tempo livre demarca o momento de produção e reprodução da mercadoria força de trabalho em si, ou seja, a reprodução social da classe trabalhadora em determinadas condições materiais de vida.

Temos, portanto, uma separação, inclusive legalmente estabelecida, entre tempo de trabalho e tempo livre. Ou, em outros termos, entre consumo da força de trabalho e produção da força de trabalho enquanto mercadoria. Marx capta muito bem essa distinção para fundamentar a própria existência do mais-valor, na medida em que diferem o valor de uso e o valor da força de trabalho: seu valor de uso é a capacidade de trabalho e produção de valor no ato de trabalhar, e seu valor é determinado pelas condições de sua reprodução

social fora do espaço de trabalho², atrelado ao consumo dos meios de subsistência.

A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, de sob quais condições, e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe de trabalhadores livres num determinado local. Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral. (MARX, [1867] 2013, p. 246)

Destaca-se aqui a centralidade da cultura na determinação do valor da mercadoria mais importante do modo de produção capitalista: o valor da força de trabalho depende de sua cultura de classe, de seu modo de vida particular, das condições materiais de sua reprodução social. Esse elemento cultural configura os costumes, os hábitos, as tradições, enfim, o modo de vida em que se formou historicamente a classe trabalhadora em determinado local, de acordo com as particularidades da formação econômico-social em questão – tema que retomaremos ao tratar do capitalismo dependente.

Por enquanto, gostaria de salientar que a luta pela delimitação da jornada de trabalho — e, por exclusão, do tempo livre — envolve fatores determinantes do grau de exploração da força de trabalho e é central na luta de classes. A extensão da jornada de trabalho está vinculada à produção do mais-valor absoluto, ou seja, por quanto tempo o processo de trabalho se estende para além do necessário para reproduzir o valor da força de trabalho, formando assim o tempo de trabalho excedente, origem do mais-valor.

Uma vez estabelecida legalmente a duração da jornada de trabalho, delimita-se, conjuntamente, o tempo livre, como momento de reprodução da força de trabalho, onde vigora uma nítida dimensão cultural. “O trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma dada época” (MARX, [1867] 2013, p. 306).

Para além da extensão da jornada de trabalho e do mais-valor absoluto, os capitalistas também exploram a classe trabalhadora por meio da produção do mais-valor relativo, que consiste na redução do tempo de trabalho necessário e a consequente ampliação do tempo de trabalho excedente dentro de uma jornada de trabalho definida. Para reduzir o tempo de trabalho necessário, a classe capitalista deve buscar reduzir o valor da mercadoria força de trabalho.

Marx apresenta dois meios fundamentais para isso. Primeiro, as alterações no processo de trabalho, conduzidas pela divisão do trabalho e pela introdução da maquinaria, transformando o trabalhador integral em um trabalhador parcial, reduzindo, assim, o

² Silvia Federici (2017) argumenta que se trata de um trabalho reprodutivo não remunerado, majoritariamente exercido por mulheres.

tempo de formação da força de trabalho. Ou seja, há uma progressiva subsunção da força de trabalho, incorporando o saber produtivo dos trabalhadores, sua cultura laboral, à força produtiva do capital, com a conseqüente redução do valor da mercadoria força de trabalho. Segundo, o rebaixamento do valor dos meios de subsistência da classe trabalhadora. O que pode ser alcançado pelo aumento de produtividade nos setores produtores de meios de subsistência, ou então pela deterioração forçada das condições de vida da classe trabalhadora, quando há um rebaixamento no seu modo de vida, com a conseqüente queda no valor da mercadoria força de trabalho³.

Seja defendendo sua cultura laboral no processo de trabalho, seja defendendo seu modo de vida particular fora do espaço de trabalho, a cultura da classe trabalhadora se torna um ponto chave na dinâmica da luta de classes. Marx interpreta esse rebaixamento forçado das condições de vida da classe trabalhadora como uma tendência ao pauperismo, tida como a lei geral da acumulação capitalista. Tais elementos se encontram, inclusive, no surgimento da chamada “questão social”.

A análise de conjunto que Marx oferece n’*O capital* revela, luminosamente, que a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da “questão social”; na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc. (NETTO, 2013, p. 25)

A exploração sistemática do capital gera o pauperismo da classe trabalhadora e se explicita na luta de classes, em torno da “questão social”, numa luta por direitos e melhores condições de vida e de trabalho, uma defesa da cultura de classe, que se caracteriza como uma cultura de resistência à exploração. Aqui tocamos a dimensão cultural da luta de classes, onde também podemos vislumbrar o papel da política cultural.

As classes subalternas são constantemente submetidas à política cultural do capital, que busca modificar seu modo de vida em função dos interesses da exploração. Marx destaca o papel do Estado no momento de formação da classe trabalhadora na Inglaterra, submetendo a população rural migrante a uma legislação sanguinária que a compelia ao trabalho no meio urbano, sob a pena de prisão, de trabalho forçado ou mesmo de morte.

O papel do Estado, no entanto, não se restringe à compulsão ao trabalho, vai muito além, ao impor certos padrões de comportamento dentro e fora do espaço de trabalho. Os estudos de Antonio Gramsci (2001) e Edward P. Thompson (1998) sobre o modo de vida da classe trabalhadora destacam esse ponto, quando o capital tenta disciplinar sua cultura de classe por meio do Estado, pela via da coerção direta ou pela via da educação e da cultura. O Estado promove, portanto, uma política cultural com objetivo de modificar o nível cultural das classes subalternas, sempre no intuito de adaptar seus modos de vida a uma melhor efetivação do interesse particular das classes dominantes, tornado interesse geral do Estado, enquanto Estado de classe.

³ Estes argumentos sobre a dimensão cultural da exploração via produção do mais-valor relativo são mais bem desenvolvidos em Borja (2020).

[...] todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido [...]. (GRAMSCI, 2014, p. 288)

O Estado de classe, ao assumir sua função educativa, promove uma política cultural tanto pela via negativa dos tribunais quanto pela via positiva da escola. De forma mais ampla, poderíamos dizer que o Estado faz política cultural tanto através de seus aparelhos de coerção quanto através de outros meios materiais, como os sistemas públicos de educação e cultura. Assim, se conformam o modo de vida e a produção cultural das classes subalternas, seja pela sua modificação através da educação e da formação cultural, seja no limite da lei, criminalizando parte de sua cultura, tida como indesejável para os interesses das classes dominantes.

Feito esse percurso sobre o que é a cultura — nas dimensões do modo de vida e da produção cultural —, passando pelas contradições da cultura no capitalismo e pela dimensão cultural da luta de classes, podemos avançar para uma interpretação do que é a cultura popular. O tema é complexo e envolve controvérsias nos campos do marxismo e dos estudos culturais. No entanto, apesar de algumas divergências, podemos buscar um elemento em comum para uma tentativa de interpretação, em que a cultura popular seria constituída pela cultura das classes populares.

Mais precisamente, podemos dizer que a cultura popular é a cultura das classes não proprietárias, das classes que vivem do próprio trabalho, das classes que sofrem a exploração, ou seja, das classes subalternas — com uma centralidade da classe trabalhadora. “A questão decisiva consiste na compreensão das culturas populares através da sua conexão com os conflitos de classe e com as condições de exploração sob as quais estes setores produzem e consomem” (GARCÍA CANCLINI, 1983, p. 46). Portanto, a cultura popular pode ser interpretada como o conjunto de práticas, saberes, costumes e tradições das classes subalternas em seus processos de reprodução social e expressão artística.

Nesse sentido, a cultura popular se define nos termos do modo de vida e da produção cultural das classes subalternas. Abarcando, portanto, a produção, circulação e consumo dos bens materiais necessários à reprodução social, o que configura seu modo de vida particular; assim como a produção, circulação e consumo de sua produção cultural específica⁴. Conforme argumentado, a partir dessa definição é possível abordar a cultura popular desde a crítica da economia política e entendê-la como um campo em disputa, um dos palcos principais da luta de classes.

No decorrer da longa transição para o capitalismo agrário e, mais tarde, na formação e no desenvolvimento do capitalismo industrial, houve uma luta mais ou menos contínua em torno da cultura dos trabalhadores, das classes trabalhadoras e dos pobres. Esse fato deve constituir o ponto de partida para

⁴ Como propõe García Canclini (1983, p. 12): “A redefinição do que é hoje a cultura popular requer uma estratégia de investigação que seja capaz de abranger tanto a produção quanto a circulação e o consumo”.

qualquer estudo, tanto da base da cultura popular quanto de suas transformações. As mudanças no equilíbrio e nas relações das forças sociais ao longo dessa história se revelam, frequentemente, nas lutas em torno da cultura, tradições e formas de vida das classes populares. O capital tinha interesse na cultura das classes populares porque a constituição de uma nova ordem social em torno do capital exigia um processo mais ou menos contínuo, mesmo que intermitente, de reeducação no sentido mais amplo. E a tradição popular constituía um dos principais locais de resistência às maneiras pelas quais a “reforma” do povo era buscada. É por isso que a cultura popular tem sido há tanto tempo associada às questões da tradição e das formas tradicionais de vida – e o motivo por que seu “tradicionalismo” tem sido tão frequentemente mal interpretado como produto de um impulso meramente conservador, retrógrado e anacrônico. Luta e resistência – mas também, naturalmente, apropriação e expropriação. Na realidade, o que vem ocorrendo frequentemente ao longo do tempo é a rápida destruição de estilos específicos de vida e sua transformação em algo novo. (HALL, 2013, p. 273–274).

Interpretar dialeticamente a cultura popular exige pensá-la em movimento, com historicidade, processualidade e contradição. A luta em torno da cultura popular promove sua constante transformação e acentua também seu caráter contraditório. Embora constituída como uma cultura de resistência das classes subalternas à exploração, a cultura popular sofre uma pressão contínua das classes dominantes e de seus meios materiais de construção da hegemonia, sejam eles meios estatais ou aparelhos privados. Essa pressão tende a reformular a cultura popular em função dos interesses das classes dominantes. Ou seja, podemos captar um trânsito frequente entre cultura dominante e cultura popular no processo hegemônico. Daí a cultura popular carregar em si tanto elementos de contestação quanto elementos de reprodução da estrutura de dominação de classes nas sociedades capitalistas.

Gramsci (2001, 2014, 2021) dedica grande atenção a este fato, qualificando a cultura popular como fragmentária, sem um sentido de coesão política e ideológica. No entanto, ainda assim, Gramsci compreende que qualquer movimento de transformação social deve partir da cultura popular, buscando seu núcleo de resistência e contestação ao sistema de dominação social. Seria uma tarefa das vanguardas políticas e dos intelectuais orgânicos das classes subalternas insuflar esse núcleo de contestação e depurar a cultura popular de seus elementos conservadores, com tendência ao conformismo, atrelados à reprodução do sistema. Aqui a luta de classes toma a forma da luta pela hegemonia política e cultural.

Cultura popular no capitalismo dependente: resistências e incorporações

Uma vez estabelecida a interpretação da cultura popular enquanto modo de vida e produção cultural das classes subalternas, com centralidade da classe trabalhadora, compete agora adentrarmos a análise do capitalismo dependente. As formulações pioneiras da teoria marxista da dependência entendem o capitalismo dependente como uma forma particular de concretização do modo de produção capitalista. O desenvolvimento desigual do capitalismo no plano das formações econômico-sociais concretas, instituiu relações de dominação-dependência entre Estados formalmente independentes. Assim, no processo de universalização do capitalismo enquanto sistema mundial, os países da América Latina apresentaram particularidades, cuja formação

histórica faz vigorar, além das leis gerais, leis de tendência particulares no desenvolvimento do capitalismo dependente. Em termos da cultura, pode-se dizer que há uma particularidade histórica do modo de produção da vida material na América Latina e, portanto, o capitalismo dependente constitui um modo de vida particular.

Marini ([1973] 2005) apresenta as leis de tendência do capitalismo dependente: transferência de valor via troca desigual na esfera da circulação do mercado mundial; superexploração como forma particular de exploração da força de trabalho; e cisão do ciclo do capital. Em sua interpretação, Marini confere centralidade à esfera da produção e vê na superexploração da força de trabalho o fundamento da dependência. Segundo o autor, os elementos centrais da superexploração são: a intensificação do processo de trabalho; a prolongação da jornada de trabalho; e a expropriação de parte do trabalho necessário à reprodução da força de trabalho, com salário abaixo de seu valor de reprodução, reduzindo seu fundo de consumo.

Agora podemos avançar numa interpretação das particularidades da cultura popular no capitalismo dependente. Uma vez que a superexploração impõe à classe trabalhadora condições muito rebaixadas de vida, com o salário abaixo do nível de subsistência, percebe-se que o modo de vida das classes subalternas é condicionado pela dependência. Assim, a cultura popular toma feições particulares e, de forma mais ampla, toda a cultura dos países dependentes será condicionada pela dependência cultural⁵. A cultura popular se apresenta como uma cultura de resistência à superexploração, enquanto forma específica de exploração no capitalismo dependente.

Para compreender sua cultura popular, devemos partir da formação histórica do capitalismo dependente latino-americano. Especialmente, no que tange à formação das classes subalternas, devemos buscar as origens do desenvolvimento cultural latino-americano, com a formação do povo e da cultura nos diferentes países. Enrique Dussel (1997) afirma que a Ameríndia é o ponto de partida de toda a cultura latino-americana.

Assim, a práxis da conquista é, justamente, o processo de dominação cultural (obviamente política e econômico também, e antes ainda) da cultura ibérica (hispano-lusitana) sobre a ameríndia. Este genocídio cultural marcará profundamente a totalidade de nossa história, e a cultura ameríndia [...] deverá ser o horizonte último de toda descrição de uma cultura popular. (DUSSEL, 1997, p. 186–187).

Dessa forma, compreende-se que as matrizes culturais ameríndias, em sua diversidade de formações pré-coloniais, são a origem primeira das classes subalternas latino-americanas e da cultura popular. Mesmo submetidos à escravidão e ao genocídio, os povos originários constituem a base elementar do povo latino-americano. Outra matriz cultural fundamental é o gigantesco influxo de diferentes povos africanos escravizados na era colonial, uma verdadeira diáspora africana nas Américas.

⁵ Desenvolvo uma interpretação da dependência cultural nos termos da teoria marxista da dependência em Borja (2022).

Darcy Ribeiro ([1969] 1983) argumenta que os povos ameríndios e africanos sofreram um processo de deculturação e aculturação, subjugados pelas forças coloniais europeias. Sofreram a deculturação ao serem retirados de sua base cultural original, segregados de seu modo de vida específico. Em seguida passaram por um processo de aculturação, ao serem inseridos em outra base cultural, regida pela colonização, enquanto modo de vida nas sociedades coloniais.

A colonização das Américas foi conduzida pelas classes dominantes europeias, de modo que suas matrizes culturais serão politicamente dominantes na formação dos povos e das culturas latino-americanas. A política cultural dos Estados colonialistas foi central para a organização da produção e para a exploração dos povos, reprimindo os modos de vida ameríndios e africanos e buscando difundir a cultura europeia, especialmente em termos da religião e da língua oficial nas sociedades coloniais. Nesse sentido, as culturas ameríndias e africanas se caracterizam como culturas de resistência à exploração na América colonial. Como destaca Clóvis Moura ([1994] 2020, p. 236): “Durante a escravidão, no entanto, o negro transformou não apenas as suas religiões mas todos os padrões de suas culturas em uma cultura de resistência social”.

Esse sistema de dominação entre povos de diferentes matrizes étnico-raciais vai ser o alicerce sobre o qual se formará o capitalismo dependente. Podemos argumentar que, no momento de sua transição ao capitalismo, as formações econômico-sociais latino-americanas assumiram um marcado corte étnico-racial na gênese de suas classes fundamentais, isto é, há um processo determinante de racialização da força de trabalho no capitalismo dependente (SOUZA, 2023). Onde as classes subalternas são majoritariamente constituídas pelas matrizes dos povos ameríndios e africanos, e as classes dominantes são constituídas pelas matrizes dos povos europeus colonizadores.

Destacamos que essas matrizes étnico-raciais são também matrizes culturais, o que vai dar à classe trabalhadora dos países latino-americanos não só um corpo próprio, uma forma material concreta para a mercadoria força de trabalho, mas também uma cultura particular. Portanto, o modo de vida das classes subalternas no capitalismo dependente será herdeiro das tradições culturais ameríndias e africanas, que vieram a constituir o núcleo fundamental da cultura popular latino-americana.

No contexto do capitalismo dependente, isso significa que a proibição, a perseguição e a criminalização das culturas ameríndias e afrolatinoamericanas são um elemento central no sistema de dominação, e que o racismo — também na forma do racismo cultural — se afirma como um fator político-cultural determinante para o pagamento de salários abaixo do valor de reprodução da força de trabalho, ou seja, para sua superexploração: “Poder-se-ia dizer que o racismo normaliza a superexploração do trabalho” (ALMEIDA, 2018, p. 135).

No decorrer do século 19 se consolida o capitalismo dependente na América Latina, assumindo a forma de uma economia exportadora capitalista, fundada na relação social de produção do capital. Nesse momento, novas correntes migratórias vieram da Europa e da Ásia para os países latino-americanos independentes, numa política de Estado para formar

o mercado de trabalho assalariado e para modificar as matrizes étnico-raciais das classes subalternas. Esse fluxo migratório pós-independências, que se estendeu até as primeiras décadas do século 20, era composto por contingentes das classes subalternas de seus países de origem, direcionados ao mercado de trabalho dos países dependentes.

Darcy Ribeiro ([1969] 1983) avalia que essa migração modificou sensivelmente a composição do povo em alguns países, promovendo, por exemplo, a transfiguração dos povos na Argentina, no Uruguai ou na região sul do Brasil. Entretanto, na maioria dos países latino-americanos, o contingente migrante passou por um processo de assimilação, sem modificar drasticamente a composição do povo já formado. De todo modo, resguardada a singularidade dos casos concretos, podemos dizer que esses fluxos migratórios contribuíram para a formação das classes subalternas e trouxeram novos aportes para a cultura popular. Assim, tradições culturais das classes subalternas de diferentes povos europeus e asiáticos vieram a compor a cultura popular no capitalismo dependente latino-americano, sem retirar, no entanto, a centralidade das matrizes ameríndias e africanas.

Com o desenvolvimento da economia exportadora capitalista, todo o modo de produção da vida material será condicionado pela dependência, implicando uma alteração no modo de vida das classes fundamentais do capitalismo dependente. A burguesia latino-americana vai tentar reproduzir a cultura material e o modo de vida burguês hegemônico no sistema mundial, vinculado à matriz europeia. Essa modernização dependente, via importação de bens de consumo, cria uma distinção para sua cultura de classe. Um consumo de luxo que acaba por ser uma forma de realizar a troca desigual no mercado mundial, pagando preços elevados por mercadorias monopolizadas pelos países dominantes.

Por outro lado, ao destinar sua produção de mercadorias para o mercado mundial — cisão do ciclo do capital — a burguesia dependente não necessita da classe trabalhadora enquanto consumidora. Isso possibilita formas de exploração que inviabilizam seu consumo de subsistência, ou seja, a superexploração condiciona a reprodução social das classes subalternas. Tendo seu fundo de consumo usurpado pelo capital, alijadas da possibilidade de garantir sua reprodução social via mercado, as classes subalternas buscam na cultura popular meios de resistência à superexploração.

Constituída pelas matrizes culturais ameríndias e africanas, a cultura das classes subalternas no capitalismo dependente, seu modo de vida particular, mobiliza formas tradicionais de autoprodução de subsistência que garantam sua reprodução social. Ocupação de territórios, produção comunitária de moradias, produção doméstica de alimentos, cuidado coletivo de crianças, tratamentos de saúde dos povos tradicionais, meios de transporte e comunicação alternativos etc. são formas de viabilizar a reprodução social sem a necessidade do mercado. Logo, essa autoprodução de subsistência, esse trabalho reprodutivo não remunerado, majoritariamente exercido por mulheres, viabiliza o rebaixamento do valor da força de trabalho, pois garante sua reprodução social mesmo com o salário abaixo de seu custo de reprodução, característica da superexploração.

Nesse sentido, podemos argumentar que a formação de modos de vida, de culturas de classe distintas, opera de forma acentuada no capitalismo dependente, onde a tendência

ao pauperismo da classe trabalhadora é reforçada pela superexploração, tornando mais aguda a “questão social”.

No início do século 20 alguns países da América Latina vão passar por um processo de industrialização dependente, formando sociedades urbano-industriais na região. A migração campo-cidade será um elemento sociocultural importante, com a formação das classes fundamentais do capitalismo industrial: burguesia industrial e proletariado urbano-industrial. A burguesia dependente segue no esforço de reproduzir o modo de vida burguês, eurocêntrico, hegemônico no sistema mundial. Já a classe trabalhadora busca se adaptar à vida urbana, transplantando para as cidades parte do modo de vida do campo, oriundo das matrizes culturais ameríndias e africanas. Esse movimento migratório, com a adaptação dos modos de vida das classes subalternas, forma o núcleo da cultura popular urbana latino-americana.

Fenômeno observado nas periferias e favelas dos grandes centros urbanos da América Latina, com características próprias em termos de autoprodução de subsistência, ocupação do território, moradia, alimentação, laços de sociabilidade, identidades de grupo, enfim, em termos da reprodução social do proletariado urbano-industrial em formação no capitalismo dependente. No entanto, esse movimento não se restringe à produção de subsistência. O modo de vida das classes subalternas vai gerar também uma produção cultural específica, que marcará definitivamente a forma como se configura a cultura popular enquanto expressão artística na América Latina.

Ao mesclar elementos culturais das matrizes ameríndias e africanas, com elementos culturais das classes subalternas europeias e asiáticas migradas posteriormente, a cultura popular urbana latino-americana amalgama em si características artísticas muito peculiares, dando origem a processos criativos bastante potentes. No entanto, por ser uma síntese cultural feita no seio das classes subalternas, sofrerá uma repressão constante por parte do Estado e será alvo do preconceito social e do controle das classes dominantes. Em alguns casos, a criminalização da cultura popular foi inscrita na lei e as classes subalternas foram violentamente perseguidas pelas forças policiais. Essa política cultural das classes dominantes dos países dependentes moldou a formação da sociedade burguesa, imprimindo um traço repressor nas relações culturais.

No entanto, um novo período histórico vai se abrir para as relações culturais na medida em que ocorre uma progressiva integração nacional, com maior socialização da política. No século 20 as classes dominantes vão sentir a necessidade de alcançar o que Gramsci chama de supremacia, uma conjugação de coerção e consenso, onde tem um peso decisivo o papel da hegemonia. Não que o momento repressivo tenha sido eliminado, mas ele passa a ser conjugado também com um momento de legitimidade social.

Em termos de cultura, podemos interpretar esse movimento como uma tentativa de as classes dominantes produzirem uma identidade nacional que solde a unidade político-cultural entre as classes sociais antagônicas que compõem a população do Estado-Nação, estabelecendo sua hegemonia. Ou seja, acima dos conflitos inerentes à sociedade de classes, deve pairar um sentimento de unidade nacional, expressão dos elementos

culturais comuns ao povo em geral, na forma de uma identidade nacional. Nesse intuito, o Estado desempenha sua função educativa, quando unifica a língua nacional através do sistema escolar e conforma os modos de vida e a produção cultural das classes subalternas através de seus aparelhos coercitivos e de hegemonia.

Assim, quando a burguesia se vê na necessidade de formar uma identidade nacional, buscando uma cultura comum do Estado-Nação, ela estabelece relações culturais com as classes subalternas. Por um lado, as classes dominantes tratam de difundir nacionalmente sua ideologia, sua concepção do mundo, transformando o modo de vida das classes subalternas. Por outro lado, há o imperativo de abrir espaço para a representação da cultura das classes subalternas na consolidação da identidade nacional, se fazendo permeável à cultura popular.

Raymond Williams (2011) chama essa dinâmica de processo de incorporação cultural, que garante a consolidação da cultura dominante, através de uma tradição seletiva. Isto é, uma seleção das tradições culturais que se incorporam à cultura dominante de forma a não perturbar seu domínio, mas, pelo contrário, fazendo-o se enraizar nas classes subalternas.

[...] só podemos entender uma cultura efetiva e dominante se compreendermos o processo social real do qual ela depende: refiro-me ao processo de incorporação. Os modos de incorporação são de grande importância social. As instituições educacionais são geralmente as principais agências de transmissão de uma cultura dominante e eficaz, e essa é agora uma atividade tanto econômica quanto cultural prioritária; na verdade, são ambas ao mesmo tempo. Além disso, [...] há um processo que chamo de “tradição seletiva”: o que, nos termos de uma cultura dominante efetiva, é sempre assumido como “a tradição”, “o passado significativo”. Mas sempre o ponto-chave é a seleção – a forma pela qual, a partir de toda uma área possível do passado e do presente, certos significados e práticas são escolhidos e enfatizados, enquanto outros significados e práticas são negligenciados e excluídos. De modo ainda mais importante, alguns desses significados e práticas são reinterpretados, diluídos ou colocados em formas que dão suporte ou, ao menos, não contradizem os outros elementos dentro da cultura dominante eficaz. (WILLIAMS, 2011, p. 53–54).

Temos, portanto, outra dimensão cultural da luta de classes, quando as classes dominantes e as classes subalternas disputam a formação das tradições culturais, que moldam a identidade nacional. Um meio eficaz de neutralizar o potencial contestador da cultura popular seria sua progressiva incorporação, mediante a seleção dos elementos passíveis de serem ressignificados dentro da cultura dominante, tendentes ao conformismo das classes subalternas. Podemos pensar duas formas centrais pelas quais se processa a incorporação: primeiro, via política cultural do Estado, no sentido de formação da identidade nacional; segundo, via política cultural do capital e de seus aparelhos privados de hegemonia, com destaque para a indústria cultural.

Nos países dependentes onde avançou o processo de industrialização amparado pelo capital imperialista, há o desenvolvimento da indústria cultural no pós segunda guerra mundial. Ela tem um papel importante, atuando tanto na consolidação da hegemonia das burguesias imperialista e dependente, quanto na integração dos mercados nacionais latino-americanos. A indústria cultural promove a integração nacional, num sentido

também de integração do mercado, na medida em que estabelece meios de comunicação que possibilitam a circulação de mercadorias em âmbito nacional. Evidentemente, essa integração também se faz no plano da cultura, promovendo a difusão da cultura nacional hegemônica e a mudança da cultura material das classes subalternas.

Na dimensão do modo de vida, as condições materiais de reprodução social serão transformadas com o avanço da industrialização, modificando o trabalho reprodutivo e o consumo de subsistência socialmente necessário para a produção da mercadoria força de trabalho. A indústria cultural gera uma mudança do modo de vida, invadindo o tempo livre da classe trabalhadora, momento de sua reprodução social. Nas condições do capitalismo dependente, mesmo com o fundo de consumo rebaixado pela superexploração, a classe trabalhadora é impelida à modernização capitalista projetada pela indústria cultural, consumindo as mercadorias tornadas necessárias à reprodução social.

A indústria cultural se relaciona, também, com a mercantilização das formas de uso do tempo livre, transformadas em espaços de acumulação de capital. As mercadorias culturais se tornam parte do consumo necessário para reprodução social e, além disso, condicionam as formas de uso do tempo livre, disciplinando o modo de vida da classe trabalhadora, numa relação direta com o sistema de dominação. Temos, então, uma síntese da política cultural do capital no âmbito do modo de vida ao mercantilizar o tempo livre e submeter a produção da mercadoria força de trabalho ao controle social. Essa política cultural das classes dominantes cria, afinal, novas formas de socialização capitalista, tendentes a difundir sua ideologia e gerar o conformismo das classes subalternas.

Na dimensão da produção cultural, a indústria busca produzir mercadorias culturais que tenham um traço de originalidade própria da identidade nacional em formação, na intenção de constituir mercados culturais de massa. Para tanto, a burguesia dependente vai se nutrir da cultura popular urbana para produzir mercadorias culturais nos formatos estabelecidos no mercado mundial. Essa produção cultural local tentará reproduzir internamente as formas dominantes da indústria cultural, mas será fortemente alimentada pelas expressões culturais populares, oriundas da cultura popular urbana formada a partir das matrizes ameríndias e africanas.

Mesmo que possam ser consideradas perigosas, pois oferecem possibilidades contestadoras de leitura de mundo e de ordem social vigente, as culturas negra e indígena, por exemplo, não precisam ser eliminadas, desde que seja possível tratá-las como “exóticas”. O exotismo confere valor à cultura, cujas manifestações serão integradas ao sistema na forma de *mercadoria*. (ALMEIDA, 2018, p. 57, grifo do autor).

Por esse caminho, a cultura popular no capitalismo dependente, outrora marcada pela repressão das classes dominantes e pela resistência das classes subalternas, passa a figurar na tradição cultural, fundamentando a identidade nacional e sendo valorizada enquanto mercadoria da indústria cultural. A cultura popular também vai perdendo seu traço de cultura ameríndia e afrolatinoamericana, para ser identificada enquanto cultura nacional, quando ocorre a “dissolução do étnico no nacional” (GARCÍA CANCLINI, 1983, p. 87). Ou seja, podemos observar a incorporação da cultura popular na identidade nacional, quando

seus traços de resistência social são mitigados, para serem valorizados seus traços de exotismo, seu caráter “exótico” frente à cultura dominante tipicamente eurocêntrica.

Nessa incorporação da cultura popular à indústria cultural, as classes subalternas vão sendo expropriadas de sua produção cultural, uma espécie de “acumulação primitiva de conhecimento, representada pela apropriação da cultura popular que se transforma em matéria-prima para essa indústria” (BOLAÑO, 2001, p. 57). Uma característica particular do capitalismo dependente é que essa acumulação primitiva no campo cultural ocorre numa associação entre capitais imperialistas e capitais nacionais. Assim, a indústria cultural no capitalismo dependente promove uma expropriação conjunta da cultura popular, onde a burguesia dependente compartilha com a burguesia imperialista a apropriação do mais-valor gerado na produção cultural mercantilizada.

Esse processo conduz a diversas mudanças na produção, circulação e consumo da cultura popular. No âmbito da produção, com a mecanização do processo produtivo e a alteração nos processos de trabalho — um meio de subsunção do trabalho cultural ao capital, expropriando sua cultura laboral. No âmbito da circulação, com o predomínio dos meios de comunicação de massa da indústria cultural — meios de circulação de mercadorias culturais. No âmbito do consumo, com a mediação da indústria cultural entre produtores e consumidores, separação que leva a formas de consumo desenraizadas das tradições populares e do modo de vida das classes subalternas — forma fetichizada de consumo de mercadorias culturais.

A produção cultural popular, que antes era produzida e consumida diretamente pelas classes subalternas, passa por mutações de ordem social, na medida em que o trabalho cultural se torna um trabalho produtivo para o capital, objeto da exploração e da produção de mais-valor. Da mesma forma, a mutação da cultura popular em mercadoria cultural impõe uma modificação nos grupos sociais que a consomem, transformando a produção cultural popular em consumo de massa.

Com a finalidade de integrar as classes populares ao desenvolvimento capitalista, as classes dominantes desestruturam – mediante procedimentos distintos, mas que são subordinados a uma lógica comum – as culturas étnicas, nacionais e de classe, reorganizando-as num sistema unificado de produção simbólica. É com este intuito que separam a base econômica das representações culturais, rompem a unidade entre a produção, a circulação e o consumo, bem como entre os indivíduos e a sua comunidade. Enquanto que, num segundo momento, recompõem os pedaços, subordinando-os a uma organização transnacional da cultura que é correlata à multinacionalização do capital. (GARCÍA CANCLINI, 1983, p. 13).

Como parte do desenvolvimento do capitalismo dependente, a indústria cultural reforça a lógica do capital e da dominação social. Serve como um espaço de acumulação de capital e como um poderoso meio de consolidação da hegemonia da burguesia dependente em âmbito nacional e da burguesia imperialista em âmbito internacional. Um processo contraditório, na medida em que a incorporação gera grande aumento de produtividade da produção cultural popular e expande enormemente seu mercado de consumo. Assim como, sua incorporação enquanto parte da identidade nacional garante melhores

condições políticas e sociais para sua produção, cessando a repressão direta das forças estatais e sendo, em alguns casos, objeto de promoção via políticas públicas.

Esse desenvolvimento contraditório da cultura popular ainda se expressa na sua legitimação via mercado e na possibilidade de ascensão socioeconômica de seus produtores diretos. Ao se tornarem trabalhadores assalariados e remunerados pelo capital, artistas e produtores culturais das classes subalternas garantem sua subsistência, sendo possível se especializar no trabalho cultural. Viver das expressões artísticas da cultura popular se torna uma possibilidade e, em algumas circunstâncias, há inclusive uma projeção para posições de destaque social.

As formas de resistência da cultura popular seguem operando, mas agora tendem a ser perpassadas pelos meios de incorporação. A incorporação garante legitimidade social para a cultura popular, no entanto, às custas de sua expropriação pelo capital, com processos de trabalho transformados, onde valem a exploração e a subsunção, no intuito da acumulação de capital. Tal movimento é acompanhado também de mudanças estéticas e políticas no sentido da produção cultural popular. Ainda assim, vigora na cultura popular sua tradição de luta e resistência, que muitas vezes consegue maior projeção ao ser inserida no circuito da indústria cultural.

No balanço das contradições, a cultura popular no capitalismo dependente oscila entre a resistência à superexploração e a incorporação pela indústria cultural.

Conclusão

Ao longo do artigo pudemos desenvolver uma interpretação da cultura popular enquanto cultura de resistência à exploração capitalista, momento de organização e luta das classes subalternas, em especial da classe trabalhadora. A separação metodológica entre modo de vida e produção cultural nos permitiu operacionalizar a categoria cultura dentro da crítica da economia política, investigando suas formas de produção, circulação e consumo. Por esse caminho foi possível apresentar algumas particularidades da cultura popular no capitalismo dependente, com destaque para a resistência à superexploração e as contradições da incorporação, tanto via identidade nacional quanto via indústria cultural.

Feita essa interpretação, gostaria de concluir apontando a dimensão política da cultura popular nas teorias do desenvolvimento e da modernização capitalista. Essas teorias compõem a ideologia burguesa nas sociedades dependentes e buscam apresentar a cultura popular como tradicional, arcaica e resistente à mudança social, isto é, entendem a cultura popular como um “obstáculo ao desenvolvimento”. De modo que um de seus principais encaminhamentos políticos consiste na eliminação dos modos de vida tradicionais, abrindo caminho à modernização capitalista.

De fato, podemos interpretar a cultura popular como uma das principais formas de resistência à exploração e, portanto, ao próprio capitalismo. Não à toa, a cultura popular foi — e continua sendo — objeto da repressão estatal e das formas capitalistas de incorporação. No entanto, desde uma perspectiva crítica, nos cabe perceber que não se trata apenas de uma posição romântica de defesa das tradições contra a modernização,

mas de formas de luta e resistência que fazem parte da constituição histórica das classes subalternas. Uma crítica imanente à sociedade de classes, que apresenta formação histórica particular no capitalismo dependente, com marcado corte étnico-racial na composição da classe trabalhadora. A cultura popular é, afinal, elemento central da luta de classes e da construção do poder popular no capitalismo dependente.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BOLAÑO, César. **Indústria cultural: informação e capitalismo.** São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.

BORJA, Bruno. **O capital e a cultura: elementos de economia política da cultura em Marx.** Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 56, p. 83-109, mai-ago 2020.

BORJA, Bruno. **Cultura e capitalismo dependente: notas para uma teoria marxista da dependência cultural.** Germinal: marxismo e educação em debate, Salvador, v.14, n.1, p. 238-259, abr. 2022.

DUSSEL, Enrique. Cultura latino-americana e filosofia da libertação (cultura popular revolucionária, além do populismo e do dogmatismo). In: DUSSEL, E. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação.** Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Paulinas, 1997. p. 171-231.

FEDERICI, Silvia. Notas sobre gênero em O Capital. Tradução de Giovanna Henrique Marcelino. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 83-111, 2017.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **As culturas populares no capitalismo.** Tradução de Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: Volume 4: Temas da cultura.** Ação Católica. Americanismo e fordismo. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Volume 3. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política.** Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: Volume 6. Literatura. Folclore. Gramática.** Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Organização de Liv Sovik e tradução de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 273-292.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, [1852] 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, [1846] 2009.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.), **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. Tradução de Marcelo Carcanholo. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2005a. p. 137–180.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, [1994] 2020.

NETTO, José Paulo. “Questão social”: elementos para uma concepção crítica. In: BRAZ, M. (org.). **Samba, cultura e sociedade: sambistas e trabalhadores entre a “questão social” e a questão cultural no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 19–30.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. Petrópolis: Vozes, [1969] 1983.

SOUZA, Cristiane. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 1, p. 16–35, 2023.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: WILLIAMS, R. **Cultura e Materialismo**. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 43–68.

Submetido em: 11/05/2023

Aceito em: 30/05/2023